

**Aqui e lá: Trânsitos coloniais em Moçambique e uma possível diáspora
portuguesa no século XX**

Fabício Dias da Rocha

2012

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia

Universidade de Coimbra

O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de
Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC/ III, Nº 8, 2012

<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n8/ensaios.php>

Resumo: O colonialismo português em África no século XX estruturou-se sobre um ideal moderno e eurocentrado de desenvolvimento capitalista, baseado numa intensa burocratização estatal, na exploração dos recursos naturais e humanos locais e por orientações políticas para uma pluralidade de experiências migratórias individuais e coletivas. Dentre estas últimas, destaco as migrações de colonos inclusos nos programas de incentivo ao povoamento branco em África. O estabelecimento de portugueses no continente africano reordenou a esfera geopolítica e económica entre Portugal e África, no sentido em que o primeiro dinamizou o processo colonial e suas práticas exploratórias sobre o segundo.

A partir da análise das dinâmicas e contradições geradas pelo projeto colonial português e dos laços sócio-históricos, discorro sobre os diferentes fluxos migratórios e suas motivações. Com uma ênfase nos estudos sobre migrações e diáspora, discuto quais aspectos identitários e político-económicos podem constituir uma corrente diaspórica. Finalmente, assento nos estudos sobre a história colonial Portuguesa, tento responder se o fluxo migratório de colonos para Moçambique pode ou não ser caracterizado como um movimento diaspórico.

Palavras-chave: colonialismo português; Moçambique; fluxo migratório de colonos; diáspora.

1. Introdução

Ainda hoje, quando se fala da presença portuguesa em África, tende-se a não considerar a deslocação proporcionada pelo processo colonial para aquele continente como um movimento migratório. Sendo assim, percebe-se que os estudos sobre o processo emigracional português refletem, em grande medida, sobre esta corrente populacional no tocante a países como Brasil, França, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e, tangencialmente, África do Sul. Esta constatação, em âmbito geral, pode estar relacionada ao fato de que, mesmo os países africanos mais buscados [depois da África do sul], nomeadamente Angola e Moçambique, apresentam em termos absolutos um reduzido fluxo de população de origem portuguesa no século XX.

No entanto, é possível supor que há no período colonial e pós-colonial um processo de invisibilização desta corrente migratória e da fixação de pessoas naqueles territórios – as quais, em esferas de sociabilidade, criaram laços de pertença – muito por consequência dos eventos relacionados ao sistema colonial em si, a dizer: sua ideologia eurocentrada, racista e de cunho paternalista. Desse modo, com a emancipação das ex-colônias, em especial Moçambique, se procurou afastar para os rincões da história os traços que ligavam o Portugal do 25 de Abril¹ ao antigo sistema, às guerras coloniais e, inclusive, aos seus variados atores sociais. Da mesma forma, e se discutirá mais adiante esse ponto em pormenor, esta deslocação populacional em número reduzido, mas constante no tempo do império, permitiu a criação de ambientes “afáveis” para os colonos no sentido de que lhes foi possível o estabelecimento de redes de convivibilidade e associações de caráter comunitário; as quais serviram, e servem, de fio condutor da possível diáspora portuguesa para aquele país.

A independência moçambicana significou uma mudança na dinâmica social e política da nação. E, onde antes existia uma restrita elite branca à frente da administração colonial, passou a ter outra elite, também reduzida, porém negra. Os fatores que determinaram a saída de um grande contingente de pessoas de origem portuguesa e seus descendentes sob a nova direção, enfraqueceram consideravelmente a corrente migratória para aquele país, porém não a eliminaram. Tal persistência contém os ingredientes do movimento diaspórico, que será melhor discutido neste trabalho.

2. Portugal e o projeto colonial para Moçambique a partir de 1926

Na segunda metade do século XIX, com o advento da corrida à divisão e ocupação dos territórios no continente africano por parte das principais potências coloniais, Portugal, que detinha já longa trajetória política e comercial com os povos e reinos localizados ao sul do Saara, na parte mais meridional do continente, viu seus interesses imperiais serem constantemente ameaçados por outros impérios,

¹ O 25 de Abril de 1974 foi a data em que Portugal, através de um golpe militar, derrubou o regime ditatorial do Estado Novo. Este evento, também conhecido como Revolução dos Cravos, significou o fim de quase 4 décadas de ditadura.

nomeadamente Inglaterra, França e Alemanha. As regiões costeiras para o Atlântico e Índico sul-africano apresentavam uma densa rede comercial onde a exploração e troca de produtos como ouro, marfim e o decadente tráfico de escravos, movimentava a produção e incrementava as divisas das metrópoles imperiais. Entretanto, como os interesses eram em sua maioria conflitantes, e durante anos contendas entre Portugal e outros países [como Holanda e Inglaterra, por exemplo] por domínios de terra em pontos estratégicos na costa pareciam insustentáveis, houve a decisão entre as nações imperiais em demarcar suas pretensas possessões em África.

Com efeito, em meio a reuniões tensas e decisões sobre os destinos dos territórios ocupados pelas potências coloniais em África, a Conferência de Berlim em 1885 foi o momento fulcral em que países como Inglaterra, Alemanha e França afastaram de Portugal as aspirações de expansão dos seus territórios coloniais: a anexação da faixa de terra que compreendia o território onde se encontram hoje o Malawi, o Zimbábue e a Zâmbia, ligando o Índico ao Atlântico, estando bem elaboradas no ambicioso “mapa cor-de-rosa”, este respaldado sob a alegação de um direito histórico de ocupação que julgavam existir.

Ao fazer concessões importantes à Alemanha, os portugueses alimentavam esperanças do reconhecimento das suas reivindicações em conformidade com o Mapa cor-de-rosa, mas a Alemanha, tal como a França, enquanto permitiam que o Mapa fosse anexado ao Tratado, limitavam-se a reconhecer genericamente os direitos de Portugal no interior [...] e, aquando da sua publicação, a Grã-Bretanha deixou bem claro que o Mapa não era aceitável, e reiterou a sua reivindicação de que só a ocupação de facto se constituía o direito internacional ao território. (Newitt, 1997: 310)

A impugnação de tal pretensão no final do século XIX por meio do Ultimato Inglês de 1890², marcou profundamente a forma como Portugal buscou lidar com seus

² A concepção colonial de uma «longa» presença em África, apoiada no direito histórico defendido por Portugal, divergia da apropriação agressiva do continente africano pelas potências imperiais europeias no século XIX. Boaventura de Sousa Santos afirma que em 1890, no apogeu de uma crise de partilha dos territórios coloniais na região meridional e oriental de África, o Império Britânico expôs um *Ultimatum* a Portugal no sentido deste último abrir mão de algumas de suas aspirações coloniais: “Reconhecendo a fragilidade da sua situação periférica, Portugal, perante as pressões inglesas, retirou a sua pretensão sobre vários territórios” (2006: 215).

territórios ultramarinos no século seguinte. Devido à pressão da Inglaterra e das outras potências imperialistas em desmembrar as possessões ultramarinas portuguesas restantes, Portugal promoveu um primeiro intento de ocupação política de fato em Angola e Moçambique. Esta ocupação em Moçambique, num primeiro momento, se deu através da concessão de partes do território moçambicano às companhias majestáticas e em seguida pelo envio de pessoal militar em assentamentos em áreas mais alijadas da costa, ou seja, para as tais *hinterlands*. Ao mesmo tempo, entre 1900 e 1920, sob o regime republicano, o estado Português viu-se pressionado a abolir o *Chibalo* ou trabalho forçado no meio rural e reintroduzi-lo de forma assalariada no meio urbano através do emprego desta mão-de-obra nas companhias concessionárias ou em obras públicas como parte da política do imposto de palhota³.

Em 1926, através de um *coup d'état*, iniciou-se o Estado Novo e dois anos depois a ditadura salazarista, sob os auspícios dos militares, os quais reordenaram a política de ocupação do território moçambicano e reintroduziram o trabalho forçado por meio do Ato Colonial de 1930. A promulgação do Ato Colonial celebrou a política colonial do Estado Novo e defendeu, dessa forma, que o governo, em 1933, estabelecesse a Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) que demandava “uma nova concepção da política colonial referente às responsabilidades das potências coloniais incumbidas de desenvolver os territórios e civilizar os povos colonizados” (Castelo, 2007:61) e das investidas e cobiças territoriais de países estrangeiros em áreas do Sul de Moçambique. Sendo assim, “foi inevitável proceder à ocupação efetiva e ao desenvolvimento primeiramente da parte meridional deste território” (Castelo, 2007:61), visto que as zonas que compreendiam desde o Save até o Zambeze estiveram sob a tutela da Companhia de Moçambique até 1942. Neste sentido, segundo Fernando Florêncio:

Com a publicação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique e sobretudo da Lei da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU), a colonização portuguesa adopta formalmente o sistema de *indirect rule*, mesmo sem o nomear. (Florêncio, 2008:372)

³ Nome dado ao imposto cobrado ao indígenas em géneros ou por “serviços prestados”.

Esta concepção imperial exercitada até 1945 esteve amparada na pressuposição assumida por Portugal, e pela Europa em geral, da ideia de uma superioridade civilizacional destinada a trazer o progresso aos territórios coloniais. Para Paula Meneses, o conceito de civilização ajustava diferentes pressupostos que fundamentavam a superioridade da cultura portuguesa e a possibilidade de as culturas “outras” poderem aperfeiçoar as suas qualidades fruto deste encontro; implicava, diz ela, que os súbditos coloniais de Portugal eram incapazes de se autogovernar (Meneses, 2010:68).

Malyn Newitt explica que o encorajamento à migração metropolitana para as colônias, incentivada pelo governo português durante o Estado Novo, era visto como um pré-requisito à execução da missão civilizadora de Portugal, mas compreendia também uma resposta à persistente perda de população da metrópole e suas ilhas para o Brasil e Estados Unidos (Newitt, 1981:152-153). Ressalta que os dirigentes portugueses estavam amplamente convictos de que, se este fluxo de população fosse desviado para as colônias africanas, *“good portuguese would not be lost to the motherland [e que] a greater Portugal – a second Brazil – would then soon take shape in Africa”* (Newitt, 1981:153).

3. A política de colonatos: fluxo migratório dirigido para África

A alocação de migrantes portugueses em África não é um fenômeno apenas do século XX. Mesmo nos anos de 1800 Portugal já havia experienciado o envio de seus concidadãos como política de reconhecimento, assentamento e povoamento na costa do Índico e do Atlântico. Sobre este fato, Malyn Newitt ressalta que tais assentamentos haviam sido introduzidos desde finais do século XIX, assim como os esquemas de colonização e as viagens subsidiadas para os emigrantes, “e depois da Primeira Guerra Mundial registou-se uma colonização maciça de emigrantes brancos cheios de esperança em ambas principais colônias” (Newitt, 1997: 404).

Destarte, a partir dos planos de estruturação e ocupação efetiva ao sul de Moçambique, mais especificamente por meio dos projetos de irrigação do Rio Limpopo, da construção de barragens e caminhos-de-ferro em outras zonas do

território, percebeu-se que tais empreendimentos necessitavam de um elevado número de mão-de-obra “disponível”, tanto qualificada quanto não qualificada. Deste modo, com a necessidade de se resolver o problema de um crescente número de desempregados nas zonas urbanas da metrópole, viu-se oportuno a alocação de colonos nestas regiões agrícolas. Ressalta-se entretanto que, neste período, a maioria dos trabalhadores em Moçambique eram nativos africanos que se viam compelidos pela política do trabalho obrigatório que foi reintroduzido em 1926. Por outro lado, muitos dos colonos vindos da metrópole, do distrito de Lisboa, não conseguiam levar a cabo os trabalhos no interior daquele território e se dirigiam para as cidades costeiras:

Desde 1933, o ministro das colônias, Armando Monteiro, sublinhara a importância social das colônias, sugerindo a transferência massiva dos proletários brancos, desempregados na Europa, rumo à África, poupando assim as metrópoles da contestação operária e, pela mesma ocasião, assegurando o “branqueamento” da África portuguesa. Tratava-se da filosofia fascista sob nova roupagem. Entretanto, esta política de imigração foi travada pela pobreza dos colonos, desprovidos de conhecimentos técnicos e de capitais. (Diop *et al.*, 2010:75-76)

Dessa forma, foi necessário primeiro criar estruturas de apoio técnico para a crescente massa de pretensos colonos em direção a África. Sendo assim, com um discurso de evitar os abusos e restituir o respeito nos assuntos internacionais, tornou-se prioritário para o novo regime a reestruturação das colônias (Newitt, 1997), e no início dos anos 40 foi posto em prática um colonialismo efetivo de caráter político-administrativo de ocupação. Para Majhemout Diop, a política colonial estava alicerçada sobre as mais simples práticas, porém as mais autoritárias, relativas ao trabalho obrigatório do indígena, à taxa compulsória da produção agrícola e à venda de contratos de trabalhadores migrantes para a África do Sul visando submeter os ganhos económicos das colônias aos interesses da metrópole (Diop *et al.*, 2010:73). Neste sentido, Newitt (1997) vem afirmar que o acelerado desenvolvimento infra-estrutural e financeiro no período do Estado Novo em Moçambique baseou-se na burocratização excessiva do aparelho de Estado, na repressão das liberdades

individuais e coletivas, no empobrecimento das populações desses territórios e no conluio com grandes corporações económicas.

Com efeito, percebeu-se ser necessário deslocar pessoas que estavam “acostumadas” com o trabalho árduo de cultivo da terra em conjunto com suas famílias. Tais indivíduos não podiam ser recrutados aleatoriamente nos centros urbanos, mas sim no campo. Esta estratégia concebia a função dos camponeses metropolitanos no projeto de Estado português. Isto é, com o plano estatal de irrigação, “Salazar tencionava instalar famílias rurais portuguesas na terra, e o seu principal objetivo era criar uma réplica da família católica portuguesa rural que acreditava ser a força fundamental do seu regime” (Newitt, 1997: 405).

Gerald Bender (1978) estima que entre 1900 e 1940 enquanto um milhão de portugueses migraram para o Brasil, apenas 35.000 foram, por exemplo, para Angola. Este autor pergunta-se porque a África demonstrava ser pouco atrativa aos colonos nos primeiros anos deste intento? Assevera que os esquemas de colonização sofriam de uma insuficiente preparação, ou seja, a terra era inadequadamente inspecionada e pouca atenção foi dada para providenciar infra-estruturas e bens básicos para a realização do povoamento. (Newitt, 1981:154)

Sendo assim, a partir de 1945 ocorreu uma maior preparação dos colonatos [colônias irrigadas], e aos colonos foram concedidas passagens, subsídios e empréstimos de modo a implementarem tais esquemas (Newitt, 1997). Segundo Jeanne Marie Penvenne, para a província de Moçambique era canalizado um investimento desproporcional de 85 por cento do total dos recursos em agricultura. Tal transferência de capital significou que *“the state-sponsored settlement schemes in the healthier highland areas or highly resourced riverine irrigation schemes were ultimately as much about policy and propaganda as they were about price”* (Penvenne, 2005: 84). Ainda, Penvenne explica que o estabelecimento de famílias portuguesas desenvolveu-se rapidamente no início dos anos 40 estando estritamente correlato aos ditos incentivos do Estado, e ao desejo destas pessoas de serem bem remuneradas. Contudo, ressalta que quando esses desejos não eram realizados em Moçambique, emigravam para os estados vizinhos, nomeadamente África do Sul e Rodésia

(Penvenne, 2005). A esse respeito, Malyn Newitt explica que as famílias, mas principalmente indivíduos sozinhos com pouca instrução e especialização, que se “havia instalado nas zonas rurais vinham embora, mudavam para a cidade, onde ficavam no desemprego ou se estabeleciam como comerciantes itinerantes, motoristas de pesados, ou então migravam para a África do Sul ou à Rodésia” (Newitt, 1997: 404).

3.1 A segunda fase de incentivo a colonização (1945 à 1970)

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o fluxo migratório de portugueses para as colônias atenuou-se bastante, principalmente pela via do Atlântico. O mesmo pôde ser perceptivo pelo lado inverso deste fluxo, que durante as quatro primeiras décadas do século mantinha uma constante. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, Portugal viu-se confrontado com a pressão internacional para consagrar a autodeterminação dos territórios coloniais, visto que as colônias britânicas e francesas estavam a passar por processos de independências. Contudo, com o término da guerra a corrente migratória volta a aumentar; e tal fato se dá também pela forte dinamização das economias das colônias. Em consequência, Sarmiento Rodrigues no cargo de Ministro do Ultramar estabeleceu um conjunto de peças legislativas e políticas que propiciaram a revogação, por parte do Estado, do Ato Colonial em 1951, reformando o estatuto do indigenato em 1954 e, com alguns ajustes e mudanças de terminologia, banuiu a designação “colônias”, substituindo-as por “províncias europeias ultramarinas”, recebendo assim um estatuto de nação pluri-continental de modo a evitar prestar contas com a comunidade internacional (Castelo, 2007).

A propaganda do governo era a de unidade nacional baseada na tônica da assimilação. Assimilados, porém, “eram uma ínfima minoria, porque nunca houve vontade de criar elites no ultramar através de uma aposta consequente no alargamento do sistema de ensino aos africanos” (Castelo, 2007: 108). Em termos de desenvolvimento no sentido ocidental da palavra, o investimento em educação nas colônias, sobretudo inglesas e francesas, permitiu que uma intelectualidade colonial se desenvolvesse [a mesma que depois fez a independência], muito por via da atuação

das igrejas protestantes luteranas e anglicanas que pregavam um discurso anti-colonial português.

Tendo os territórios do ultramar alcançado o *boom* econômico na década de 40 devido a um maior afluxo de investimento, à Segunda Grande Guerra Mundial e também em função da subida das cotações internacionais dos principais produtos produzidos pelos mesmos, o influxo de portugueses vindos da metrópole mais que triplicou até à década de 60, passando de 27.400 na década de 40 para 97.200 nos anos 60 (Penvenne, 2005). Dos anos 40 em diante foi dada preferência à colonização livre, orientada e auxiliada por organismos públicos de assistência técnica e de crédito, pela exploração agrícola de forma extensiva e mecanizada e, devido ao crescente processo de industrialização, houve ainda o incremento na migração de técnicos portugueses para as colônias e o crescimento do setor urbano e rural (Castelo, 2007).

Malyn Newitt afirma que os colonatos foram o empreendimento mais importante de uma vasta política de imigração, que via a população branca de Moçambique subir de 48.000 em 1950 para cerca de 200.000 em 1974 (1997: 406). Entretanto Claudia Castelo não corrobora de todo com esses dados, apontando que entre 1943 e 1974 por via marítima havia entrado em Moçambique 163.783 portugueses do continente e ilhas e regressaram à metrópole 80.763 pessoas da mesma origem, traduzindo este dados num saldo positivo de 83.023 indivíduos. Com efeito, o saldo entre embarcados e desembarcados também conhece um nítido decréscimo no caso de Moçambique, sendo que em 1973 já é negativo, agravando-se em 1974 (Castelo, 2004: 04).

A partir da década de 60 até o período da descolonização iniciado em 74, um discurso recorrente do Estado português expressava-se no sentido de afirmar que através do fluxo migratório a unidade plurinacional vigente até então, se manteria de forma a “consolidar as respectivas estruturas econômicas e melhorar o processo de elevação social e material dos povos autóctones até ao estado de luso-tropicalização integral” (Castelo, 2004:121), e claro, com intuito de travar as organizações independentistas em curso. Entretanto, outros defendiam que o melhor método seria o de tentar a incrementação do povoamento através da progressiva industrialização daqueles territórios, porém sem deixar de lado o plano de povoamento rural.

Apesar deste propósito, Portugal confrontou-se com uma enorme onda de movimentos de independência por causa da tentativa de manutenção do regime colonial, a qual em 1961 o levou a sofrer sanções das Nações Unidas e quase ser expulso da mesma em 1963. Como consequência, foi amparado pelos interesses norte-americanos que tornaram-se neutros aos desígnios portugueses sobre suas ex-colônias: muito pelo fato das preocupações daquele país com a guerra fria e a possibilidade [que era real] de grupos dos territórios ultramarinos portugueses estarem a ser cooptados pelo regime soviético.

Com o anunciar das guerras coloniais, renova-se a ideia já posta em prática no século XIX de utilizar os militares desmobilizados em planos de povoamento rural, sendo este povoamento dirigido visto como uma medida de contra-subversão (Castelo, 2004: 122). E neste sentido Castelo ressalta:

Apesar de enunciado um vasto programa de intenções, reconhece-se que os recursos disponíveis são parcos. Ainda assim, prevê-se que a dotação consignada a fomento colonial financie despesas, nomeadamente com passagens para colonos, famílias de colonos [mulher legítima, filhas solteiras e filhos menores] e famílias de sargentos e praças do exército ou da armada que, tendo terminado o período de expedição às colônias, manifestem o desejo de permanecer como colonos; missões de estudo às colônias; e educação de futuro colonos. (Castelo, 2007:125)

A datar de 1961, com o início da guerra colonial, há outro abrandamento no movimento de pessoas tanto para Moçambique quanto para Angola. Já no ano seguinte, segundo Claudia Castelo (2004), a quantidade de embarcados para as colônias, principalmente para Angola, intensificou-se de modo extraordinário, pois Lisboa teria dado garantias aos colonos de que não cederia às pressões dos movimentos “terroristas” ao mesmo tempo que garantiria a liberalização total da migração do espaço nacional até então bastante contido para o movimento metrópole-ultramar. Assim, para Castelo:

Esse crescimento deve atribuir-se ao desenvolvimento das economias de Angola (muito dinamizada pelo esforço de guerra) e Moçambique, que atraíam cada vez mais quadros técnicos da administração pública, da indústria e dos serviços. No caso de

Moçambique, há um claro decréscimo após 1965, enquanto que no caso de Angola o decréscimo sofre flutuações até 1969 [...] O 'pico' do retorno situa-se em 1967 (à excepção do ano anormal de 1961, em Angola). (Castelo, 2004: 3)

Entretanto, como o agravamento da guerra em diversas zonas das colônias, e em especial em Moçambique, o número de embarcados diminui drasticamente a partir de 1964 chegando a ser bastante irrisório ao fim de 1974 aquando da independência deste país.

Destarte, no contexto moçambicano daquele período, o novo regime no poder, munido de uma postura igualmente dura e anti-democrática, em especial para com seus opositores, independente da cor ou nacionalidade (Newitt, 1997; Cabrita, 2000) contribuiu para que muitos dos residentes portugueses, goeses, mestiços (afro-portugueses) e luso-indianos decidissem deixar o país. Com relação aos residentes brancos, Margaret Hall e Tom Young afirmam que havia uma divisão entre metropolitanos portugueses que estavam a trabalhar em Moçambique, os quais faziam parte da administração, e os moçambicanos brancos. Conforme os mesmos: *“the former simply wished to return home; the latter whatever their political stripe, warmly welcomed the prospect of a ‘free’ Mozambique run by Mozambicans, although their hopes for political complexion varied widely.”* (Hall e Young, 1997:38).

No entanto, estes autores explicam que os chamados *“progressive whites”*, especialmente os democratas que formaram a oposição no tempo da ditadura, tiveram um importante papel no período de transição; no sentido de que foram eles que representaram e publicizaram a posição da Frelimo⁴ quando a mesma ainda estava na clandestinidade (Hall e Young, 1997:39). Todavia, foi com o intuito de combater o *“inimigo interno”* que este novo regime pôs em prática uma onda de perseguição aos seus antigos aliados. Para Hall e Young (1997), nesta conjuntura a comunidade portuguesa estava precariamente dividida num misto de incerteza e insegurança material, e se encontrava em dificuldade de adaptação às novas condições políticas após décadas de ditadura.

⁴ Acrónimo de Frente de Libertação de Moçambique.

Em todo o processo histórico do colonialismo português no século XX, que vai desde a década de 20 e reforçado e intensificado nas diferentes fases do Estado Novo até encontrar seu fim em 1974 com a independência de Moçambique, da mesma forma como o povo subalterno colonizado, a figura do colono foi peça essencial no xadrez do império português daqueles anos. Sendo assim, percebemos que este intenso fluxo migratório para as ex-colônias estava ancorado num projeto ideológico que tinha como base um discurso civilizatório o qual pregava, ao mesmo tempo, a idéia de que estas pessoas não estavam deslocando-se para o estrangeiro, mas sim para um outro território que estava abrangido pela mesma grande nação portuguesa.

Neste sentido, após anos de uma corrente constante de pessoas a se deslocar para Moçambique durante o período do Estado Novo, com a independência esta corrente é obstruída e provoca um sentimento de *displacement* para com a comunidade portuguesa migrante naquele país. Este processo de disruptura sócio-identitária pode não ter causado muitos problemas às gerações mais novas de colonos portugueses e que já lá haviam nascido ou que lá chegaram muito novos, porém impactou profundamente os portugueses mais antigos, os quais, em meio a uma procura de identificação com aquela nação, viram mais uma vez a tentativa de alteração de suas rotas identitárias e um sobressalto no movimento diaspórico.

4. Uma diáspora europeia para África?

Nesta parte irei fazer uma breve discussão sobre o entendimento de dois conceitos que embora distintos em sua base semântica, estão entrelaçados em termos dos seus usos práticos e relacionais: o conceito de migração e o conceito de diáspora. Ainda, buscarei refletir de que modo estes conceitos podem ser utilizados ou não na experiência portuguesa colonial em África no século XX, perceber suas principais características e de que maneira suas peculiaridades podem ou não estar expressas na atualidade.

Parto da premissa de que falar atualmente de migração e diáspora pode constituir um possível entrave discursivo se os objetos de tais análises não integrarem *strictu sensu* conjuntos de indivíduos ou práticas advindas do Sul global. Quero dizer com isso que ambos os termos recebem ainda uma carga simbólica negativa. No caso

do conceito migração e das suas duas acepções: imigração e emigração – a imigração “é para muitos sinónimo de país desenvolvido, que num âmbito de modernização e incremento económico, não apenas garantia emprego para todos os autóctones como necessitava de colmatar diversos défices sectoriais” (Malheiros, 2011:133). A segunda acepção, a emigração, seria assim o seu antónimo; ou seja, caracterizaria um Estado na qualidade de subdesenvolvido, com baixo crescimento económico e onde predominaria o desemprego e os défices sociais. Contudo, estes termos não são absolutos e nem mesmo intercambiáveis, o que seria incorreto analisá-los por um prisma unicamente técnico e economicista (Malheiros, 2011).

No entanto, apesar das rápidas mudanças de ordem global, e de forma a não antecipar outras possíveis questões de análise, centrarei minha discussão e reflexões em fatos e acontecimentos de um passado recente, e que ainda está bastante presente na consciência e no imaginário europeu: a experiência colonial em África.

Assim, meu principal questionamento nesta fase do trabalho concerne em saber se boa parte da experiência colonial portuguesa nas províncias ultramarinas africanas, incluso a corrente migratória, pode ser caracterizada ou não como um movimento diaspórico. Ainda, quais seriam os componentes essenciais de interseção de fatores que qualificam estas experiências como diaspóricas? Com efeito, até ao presente momento, e atrelado a muito do que já foi escrito sobre as dispersões de pessoas pelo mundo, é notório a tentativa de articulação destas últimas com algum tipo de subalternidade.

Nesta acepção, é relevante considerarmos algumas nuances sobre o fenómeno da migração para além do que já foi aventado antes. Neste ponto, faz-se necessário perceber que no período conhecido por moderno, ou então moderno tardio, tenta-se explicar as motivações para as migrações por diversas vias. Dentre as mesmas, temos a proposição “neoclássica” que considera a actuação do mercado e suas forças de atração e repulsão, a teoria marxista ou estruturalista que destaca a função de recrutamento da força de trabalho pelo capital, e a articulação entre agenciamentos e estruturas, enfatizando a apreciação entre as micro e macro políticas. (Geiger, 2000)

Deste modo, conforme Castles e Miller (cf. Geiger, 2000: 214), a teoria do sistema migratório deriva da consideração da existência de ligações entre os pontos de entrada e de saída de migrantes, contendo nesta perspectiva as redes familiares e sociais, conexões de cultura de massa, dentre outros. Essas redes migracionais explicam em parte as motivações para um número crescente da corrente de migrantes, todavia, apesar de não diluírem as características essenciais das migrações, muitos dos novos fluxos estão pautados em contextos temporários de mobilidade. Sobre este aspecto, e adentrando aos desdobramentos relativos à complexidade do fenómeno das migrações, Abdelmalek Sayad, com relação à imigração, aponta que, por não conseguir sempre pôr em conformidade o “direito” e o “facto”, este fenómeno condena-se a criar uma situação que parece orientá-lo a uma contradição dupla, uma vez que se acaba não sabendo se a imigração se trata de uma condição provisória que se deseja aprazar indefinidamente, “ou ao contrário, se se trata de um estado duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (Sayad, 1998: 45).

Desta forma, é possível dizer que a desterritorialização do ser migrante [neste caso o do colono do assentamento dirigido] resulta na deslocação entre diferentes espaços culturais, de significados, de experiências e realidades subjectivas (Berger e Luckman, 1994). Tais experiências e realidades subjetivas podem configurar vivências análogas de pessoas, em outros contextos, que se satisfazem por viver em outro lugar ou que sofrem pelas dificuldades e estigmas da dispersão. A transferência a diferentes espaços culturais, segundo Anthony Giddens, infere intimamente na configuração do “eu” enquanto agente que interage com um “nós”, mas que se diferencia de um “eles”, acarretando desse modo um descontínuo da experiência cotidiana na [pós] modernidade (Giddens, 2005).

A deslocação para África no período colonial, estava assente num fluxo contínuo, embora com aparente intermitência, e seus desdobramentos sociais e econômicos são o reflexo da descontinuidade e recombinação temporais de diversas práticas socioculturais que figuram no deslocamento e na relação tempo-espaço. Sendo assim, como afirma Ulf Hannerz, o termo fluxo opera bem como metáfora geradora, no sentido de suscitar desdobramentos. Diz ele:

Não se trata apenas de que a idéia de fluxo se opõe ao pensamento estático; ela insinua, além do mais, a possibilidade de pensar tanto em rios caudalosos quanto em estreitos riachos, tanto em correntezas isoladas quanto em confluências, “redemoinhos” [...] até mesmo vazamentos e viscosidades no fluxo de significados. (Hannerz, 1997:14)

Com efeito, inerente ao movimento migratório, encontramos estes rios caudalosos e correntezas que, de certa forma, condensam as práticas e realidades vividas por esses e outros atores itinerantes.

A história das migrações europeias remonta há centenas de anos, baseada no povoamento transumânico, nas trocas materiais e na conquista de outros povos. Porém, no caso específico de Portugal, é importante perceber que desde a época dos descobrimentos, um elevado contingente de portugueses consumaram várias vezes os trajetos transoceânicos, com especial frequência para África como rota para se alcançar as Índias orientais e, conseqüentemente, as ocidentais. No século XX, com as rotas bem definidas, o movimento migratório até aos anos 70, esteve atrelado à política de Estado, e seu fluxo direcionado para as colônias e países que pudessem aumentar as divisas da metrópole através das remessas destes emigrantes. A partir dos anos 60, com a diminuição da corrente migratória para o Brasil, e aliado ao incremento da migração intraeuropeia, este fluxo migratório cresce exponencialmente passando a contabilizar quase um milhão de indivíduos só em França: no cálculo total, entre 1950 e 1988, 59% da corrente migratória portuguesa dirigiu-se para a França e para a Alemanha, enquanto 30% se orientaram para o Brasil, os EUA e o Canadá (Baganha, 1994). Sobre o fluxo de deslocamento intraeuropeu, Jorge Carvalho Arroiteia escreve:

Como exemplo mais significativo da “emigração intra-europeia”, realça-se a emigração para França, país onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior na actualidade a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da nossa emigração, sobretudo durante a segunda metade do século XX. Já a Alemanha tem hoje um significado mais reduzido, contrariamente ao Reino Unido, ao Luxemburgo e a outros países da Europa. (Arroiteia, 2010:146)

Autores como Maria Ioannes Baganha atribuem como causas destas correntes migratórias razões como: “assimetrias regionais no país e a existência de desequilíbrios geoeconómicos entre Portugal e os sucessivos países de destino” (1994:959). Entretanto, penso que movimentos populacionais como esse, estão relacionados a uma miríade de fatores e causas variáveis, todavia, no caso do movimento português à França, para além das guerras do ultramar, questões relacionadas aos défices económicos, estruturais e sociais, podem ser um agravante ou contributo para aquilo que se costuma chamar da diáspora portuguesa no mundo, a qual pretendo discutir a partir deste ponto.

Tendo a convicção da multiplicidade de fatores e a complexidade de processos e experiências que constituem a diáspora, os quais devem levar em consideração a percepção histórica sobre nacionalidade, ideologias, pertenças e fronteiras cognitivas, tentarei analisar seus componentes no caso a estudar e levar em consideração que ao longo da história as sociedades viveram momentos quase diaspóricos, dependendo da mudança de possibilidades – obstáculos, aberturas, antagonismos, e conexões – em seus países hospedeiros (Clifford, 1997). Por outro lado, como explica Eleni Sideri (2008) uma definição simples poderia ser uma quimera, mas estudar as condições que produzem diásporas como categorias acadêmica e sócio-político pode ser uma abordagem mais frutífera. Ainda, uma expansão dos horizontes conceituais da diáspora vem ocorrendo nos últimos anos, uma vez que evoluiu para funcionar como uma metáfora viajante associada a tropos de mobilidade, de deslocamento, fronteiras e passagens (Keown, Murphy e Procter, 2009).

Começo por observar como foram tecidas as formulações conceituais sobre uma lógica de um tipo ideal diaspórico. Lógica esta que, segundo William Safran (apud Sideri, 2008) significa o estabelecimento de conexões entre minorias dispersas de um centro originário (*homeland*), fazendo alusão direta às experiências dos anteriormente “despossuídos”, expatriados e apossados judeus, e à manutenção da memória sobre a pátria de outrora, aliada a um tipo de rejeição sofrida nos países de acolhimento.

Outra definição de diáspora tem-se em Stuart Hall (1996), o qual ao falar sobre a prática diaspórica dos negros caribenhos, ressalta que a experiência da diáspora não

é determinada pela pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma multiplicidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção de “identidade” que vive por *hibridação* com e através da diferença. Com efeito, ao falar sobre a diáspora francesa para as Américas, Bill Marshall afirma que a tentativa meritória para separar o movimento da associação automática e identificação com o subalterno continua a dotar a “diáspora” com uma carga cultural e politicamente progressista. E explica:

The writers’ admonition of attend to ‘specific geopolitical circumstances’ is limited to the latter’s role in precipitating ‘the movement of people and communities rather than in the making and unmaking of identities, or in the modes of relation between these two terms (when do “people” belong to, or see themselves as, ‘communities’ or otherwise?) as human populations form relationships with new social, cultural and physical environments. (Marshall, 2009:190)

Neste sentido, levando em consideração as experiências individuais e coletivas dos colonos nas ex-colónias ultramarinas portuguesas, tenho o intuito de subverter um pouco a lógica de compreensão sobre os atores que conformam as comunidades diaspóricas derivadas de processos coloniais, pois, de acordo com Tambiah (2000), há outros casos proeminentes de migração internacional, não somente confinado aos países desenvolvidos.

As definições e percepções do que constituem a diáspora podem variar, mas praticamente em todos os tipos se dá certa ênfase na preservação e manutenção de relações e contatos com familiares e/ou parentes na terra natal e laços de amizade com conterrâneos no local de destino. Dessa forma, estou de acordo com Michel Bruneau quando este autor afirma:

These dispersed groups of migrants (or groups stemming from migration) preserve and develop among themselves and with the society of origin, if one still exists, multiple exchange relations (people, goods of various natures, information, etc.) organized through networks. In this networked space, which connects essentially non-hierarchical poles – even if some are more important than others – relations among

groups dispersed over several destinations tend to be horizontal rather than vertical.
(Bruneau, 2010:37)

Desse modo, é possível dizer que entre os imigrantes nas ex-colónias mantiveram-se os *network bonds* com o país de origem e manutenção de relações sociais com seus compatriotas no local de destino: o que, pelo exposto, caracteriza tal corrente como diaspórica. Contudo, a diáspora assim como a globalização, não são processos uniformes, “mas internamente complexos, contraditórios e conflituais” (Ribeiro, 2005), e não vejo a experiência diaspórica como sendo somente *an experience of dispersion including several generations after first generation* como afirma Bruneau (2010); e menos ainda que *they have transmitted their identity from one generation the other in the longue durée* (ibid.) como um traço determinante para todas as diásporas.

Outro aspeto que pode corroborar com os procedimentos diaspóricos ainda mais que os desdobramentos da dispersão é o processo de hibridação cultural que está presente nas situações de desterritorialização em contextos coloniais. Segundo Homi Bhabha (2004), tal processo é fruto da relação complexa e ambivalente do encontro entre colono e o colonizado e baseado na subjugação de um grupo social pelo outro, ou seja, resulta em novas formas de posicionamento do sujeito colonial [de ambos] que decorrem das situações de incerteza que tal encontro produz e dos efeitos discriminatórios de identidade (2004:159-160). Sendo assim, outro traço válido, o processo de hibridação pela diferenciação, e que caracteriza os grupos em diásporas, pode ser observado na comunidade portuguesa da ex-colônia.

Outro dado importante que pode contribuir para esta reflexão, mas que não está presente em todas as diásporas, segundo Sideri (2008), é o processo de *double consciousness* [aqui e ali] atribuído a essas comunidades; tal processo é apresentado como uma característica geral que dota as diásporas com uma força emancipatória da limitação e de outras restrições dos estados-nação. No entanto, a dupla consciência pode ser entendida mais como um sentimento de pertença a determinados contextos e/ou rejeição de outros. Desse modo, se pensarmos, por exemplo, que durante o período colonial moçambicano (1926-1974) este país a partir da reforma

administrativa ultramarina passou a ser considerado território de Portugal, onde houve um maior fluxo de portugueses advindos da metrópole, e que, portanto, antes da reforma e depois da independência em 1974, abrigara portugueses, seus descendentes nascido em Moçambique, os quais se consideravam moçambicanos, e ainda, que havia portugueses e moçambicanos brancos que nutriam um sentimento de rejeição por Portugal e seus compatriotas metropolitanos (derivado de um sentimento de superioridade destes últimos sobre os primeiros), é possível corroborar a tese de James Clifford (1997), o qual afirma que o estado-nação, enquanto espaço-tempo, é atravessado, e por vezes, subvertido por movimentos diaspóricos, os quais, explicam que a ideologia nacional pregada não chega a penetrar de todo; passando a dar senso de pertencimento a grupos que conservam importantes fidelidades e conexões práticas com uma terra natal ou com uma comunidade dispersa nalgum lugar; e dessa forma as articulações da identidade diaspórica vão além do estado-nação.

Nesta mesma linha de raciocínio, Paul Gilroy (2001) diz que a diáspora é uma concepção que ativamente desordena a mecânica cultural e histórica da pertença, e afirma que “uma vez que a simples sequência dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência é rompida, o poder fundamental do território para determinar a identidade pode também ser rompido”. Finalmente, e pelo exposto acima, afirmo ser possível contemplar que tal dinâmica diaspórica, em seus vários graus e nuances, foi, de certo modo, exercitada no contexto estudado.

5. Considerações finais

Neste ensaio tive a intenção de apresentar sinteticamente como se deu o colonialismo português em Moçambique entre os anos de 1926 e 1974. Ainda procurei demonstrar como o projeto colonial no século XX esteve alicerçado num modelo imperialista de desenvolvimento o qual permaneceu fundamentado numa excessiva organização burocrática do aparelho estatal colonial, na exploração do capital humano local para os projetos de irrigação do rio Limpopo, barragens e na criação e ampliação dos caminhos-de-ferro. Do mesmo modo, o governo no Estado Novo perseguiu lograr com uma multiplicidade de experiências migratórias de colonos advindos principalmente da área metropolitana. No que concerne a estes colonos, o Estado

português, após a Segunda Guerra Mundial, recrutou um grande número dos mesmos, de modo a inseri-los nos programas de incentivo ao povoamento branco mormente em Moçambique e Angola. A política de colonato recebeu atenção especial do Estado Novo salazarista, pois tinha como objetivo primordial a ocupação efetiva do território e o reordenamento das relações político-económicas entre Portugal e seus territórios ultramarinos.

Consequente, com base na história, analisei as dinâmicas e contradições provenientes da ideologia do projeto colonial português no século XX, verifiquei a produção de laços socio-históricos entre Portugal e Moçambique através dos diferentes mecanismos de incentivo à migração. Contudo, devemos atentar para o fato de que com a guerra colonial, houve uma precarização da situação política e econômica na colônia e igualmente na metrópole, levando a corrente diaspórica a tomar vários rumos, mas curiosamente com grande intensidade para um fluxo intraeuropeu.

Por fim, tomei a experiência colonial portuguesa para África como forma de sustentar a minha tese de que a corrente migratória gerada por esse processo pode ser analisada através dos estudos sobre diáspora, visto que este movimento considerado diaspórico se consagra necessariamente menos pela idéia de um retorno à pátria mãe, e mais pela subversão de uma ideologia nacionalista culminado com seu rompimento, e pelo senso de pertencimento a grupos que mantêm importantes fidelidades e conexões práticas com uma terra natal, com seu lugar de residência ou alguma comunidade espalhada algures.

Referências bibliográficas

- ARROTEIA, Carvalho J. (2010), "Portugueses em diáspora: identidade e cidadania", in Maria J. Guardado (org.) *Dinâmicas e perspectivas demográficas do Portugal contemporâneo*. Porto: População e Sociedade, 435-443.
- BAGANHA, Maria I. (1994), "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise social*, 958-980.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. (1994), *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- BHABHA, Homi K. (2007), *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

- BRUNEAU, Michel. (2010), "Diasporas, transnational spaces and communities", in Rainer Bauböck e Thomas Faist (orgs.), *Diasporas and transnationalism: concepts, theories and methods*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 35-49.
- CABRITA, João M. (2000), *Mozambique: the tortuous road to democracy*. New York: Palgrave Macmillan.
- CASTELO, Cláudia (2004), *A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1-22.
- CASTELO, Cláudia (2007), *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- CLIFFORD, James (1997), *Routes: travel and translation in the late twenty century*. Massachusetts: Harvard University Press.
- DIOP, Majhemout *et al.* (2010), "África tropical e África equatorial sob o domínio francês, espanhol e português", in Ali A. Mazrui e Christophe Wondji (org.), *História geral da África VIII*. Brasília: UNESCO, 67- 88.
- FLORÊNCIO, Fernando (2008), "Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: o regresso do *indirect rule* ou uma espécie de *neo-indirect rule*?", *Análise Social*, XLIII (2), 369-391.
- GEIGER, Pedro P. (2000), "Migrações internacionais e transnacionalismo na atualidade". *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez.
- GIDDENS, Anthony. (2005), *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- GILROY, Paul (2001), *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes / Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- HALL, Margaret; YOUNG, Tom (1997), *Confronting Leviathan: Mozambique since independence*. London: Hurst & Company.
- HALL, Stuart (1996), "Identidade cultural e diáspora", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24, 68-75. Rio de Janeiro: IPHAN.
- HANNERZ, Ulf (1997), "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional", *Maná*, 3(1), 7-39.
- KEOWN, Michele; Murphy, David; Procter, James (2009), "Introduction: theorizing postcolonial diaspora", in Michele Keown, David Murphy e James Procter (orgs.), *Comparing postcolonial diasporas*. London: Palgrave Macmillan, 1- 15.
- MALHEIROS, Jorge (2011), "Portugal 2010: o regresso do país da emigração? Notas e reflexões", *Janus.net - e-journal of International Relations*, 2(1), 133-142.
- MARSHALL, Bill (2009), "French Atlantic diaspora", in Michele Keown, David Murphy e James Procter (orgs.), *Comparing postcolonial diasporas*. London: Palgrave Macmillan, 189-208.
- MENESES, Paula G. (2010), "O "indígena" africano e o colono "europeu": a construção da diferença por processos legais", *Cadernos dos CES*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- NEWITT, Malyn (1981), *Portugal in Africa: the last hundred years*. London: Hurst & Company.
- NEWITT, Malyn (1997), *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América.

- PENVENNE, Jeanne M. (2005), "Settling against tide: the layered contradictions of twentieth-century Portuguese settlement in Mozambique", in Caroline Elkins e Susan Pedersen (orgs.), *Settler colonialism in the twentieth century*. New York: Routledge, 79-94.
- RIBEIRO, António S. (2005) "A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades", in Ana Gabriela Macedo (org.), *Estudos de tradução: estudos pós-coloniais*, V Colóquio de Outono. Braga: Universidade do Minho.
- SAYAD, Abdelmalek, (1998), *A imigração ou os paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP
- SIDERI, Eleni (2008), "The diaspora of the term diaspora: a working-paper of a definition", *Journal of Global Cultural Studies*, 32-47.
- TAMBIAH, Stanley J. (2000), "Transnational movements, diaspora, and multiple modernities", *Daedalus*, 129 (1), 163-194.